

A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA¹

Maria Salete F. Aranha

Iniciaremos nossa reflexão apresentando a leitura que fazemos da realidade.

A integração social do deficiente tem sido um tema utilizado com frequência cada vez maior na literatura especializada brasileira, tanto na área da Educação Especial, como na da Reabilitação Profissional. Tem também figurado como um dos principais objetivos na maioria dos Estatutos e Regulamentos das Instituições e Entidades que prestam serviços ao deficiente, bem como se encontra prevista e amparada legalmente, através de sua explicitação como direito, na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei Federal no. 7853, que trata dos Direitos das Pessoas Deficientes, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição do Estado de São Paulo e em grande parte das Leis Orgânicas dos Municípios. Entretanto, a grande maioria dos brasileiros portadores de deficiência permanece, ainda, segregada em Instituições e Escolas Especiais, sem participação ativa na vida da sociedade e incapacitada para o efetivo exercício de sua cidadania.

Quais as causas reais dessa inconsistência? Na tentativa de se compreender o fenômeno, tem-se feito atribuição de causalidade ora a um descompromisso do Poder Público, ora à má formação dos educadores e dos técnicos especializados, ora à falta de consciência da sociedade; dificilmente podemos negar a existência de tais fatos, mas sabemos também que a relação causa-efeito não é linear neste caso, e que exige uma análise mais ampla do fenômeno, se é que buscamos apreendê-lo em sua totalidade e complexidade.

Desta forma, estamos nos propondo, nesta oportunidade, ao exercício dessa análise. Iniciaremos nossa exposição, apresentando a leitura que fazemos da realidade, que se constitui a fundamentação para a reflexão de qualquer fenômeno social que se nos depara. Encontramos no enfoque etológico, concepções que superam visões reducionistas tradicionais, ao abranger a unidade bio-psico-social da existência do homem, e no materialismo histórico dialético, uma proposta de análise de como se concretiza esse processo. Consideramos que o homem existe num contexto regulado e regulamentado por normas e regras provenientes do sistema de valores criado a partir das relações de produção vigentes em cada momento histórico. É no contexto das relações de produção que se determina quem 'vale' e quem 'não vale' no sistema. Essa avaliação é

¹ Aranha, M.S.F. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. **Temas em Psicologia**, número 2, 1995, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.

associada a características e peculiaridades de indivíduos e grupos sociais, expandindo-se através dos diversos setores e mecanismos sociais, vindo a constituir um verdadeiro sistema de valores e significados, que norteia tanto a construção de concepções como a avaliação social que se faz dos indivíduos. Como esse processo é bastante complexo e não explicitado, ele se reproduz no cotidiano, no âmbito das relações sociais, sem que dele as pessoas tenham consciência crítica. O indivíduo, por sua vez, vive nesse contexto. Através de sua **atividade, mediada pelo conjunto do simbólico que permeia suas relações sociais**, vem a conhecer a realidade, transformando-a segundo suas intenções e seus objetivos (instrumento), e sendo por ela transformado (produto). Dessa forma, ele constrói a sua própria história e a história da humanidade. Tendo, portanto, como **pressuposto básico, a concepção de Homem como um ser biologicamente cultural, não faz sentido buscar conhecê-lo, dissociado de seu contexto sócio-cultural.**

O movimento pela integração do deficiente é um produto de nossa história. Precisamos, entretanto, apreender seu significado real para que possamos efetivá-lo como instrumento de transformação da sociedade.

Na busca dessa apreensão, não podemos deixar de abordar um outro assunto complexo, que dá sentido ao termo integração social do deficiente, e que trata da concepção de deficiência. Apresentaremos, portanto, resumidamente, a reflexão sócio-histórica sobre a integração social do deficiente, atrelada à análise sobre a concepção de deficiência vigente em cada momento histórico.

Na **Antigüidade**, as **atividades econômicas** que definiam a relação do homem com a sua realidade eram representadas pela agricultura, pela pecuária e pelo artesanato. A terra e o rebanho eram abundantes, de posse familiar, para os membros da classe da nobreza. A produção era feita por indivíduos economicamente dependentes, que tinham por senhores, os donos desses bens. “**Homem**” era o **senhor**, seguindo os ideais aristotélicos de eugenia e de perfeição individual, em uma cultura clássica e classista, sendo que **os demais** indivíduos, **não-senhores**, eram considerados sub-humanos. Desta forma, **valores sociais eram atribuídos aos senhores, enquanto que aos demais, não cabia atribuição de valor, contando com sua condição de sub-humanos.** A deficiência, nessa época, inexistia enquanto problema, sendo que às crianças portadoras de deficiências imediatamente detectáveis, a atitude adotada era a da "exposição", ou seja, o abandono ao relento, até a morte. (Aranha, 1979; Pessotti, 1984).

Na **Idade Média**, a sociedade passa a se estruturar em **feudos**, mantendo ainda como **atividade econômica** a agricultura, a pecuária e o artesanato. O advento do Cristianismo veio influenciar o desenvolvimento da visão abstrata de Homem, que passou a ser visto como ser racional, criação e manifestação de Deus. A **organização sócio-política da sociedade** mudou sua configuração para nobreza, clero (guardiões do conhecimento e dominadores das relações sociais) e servos, responsáveis pela produção. Em função da disseminação das idéias cristãs, o diferente não produtivo (deficiente) adquire, nessa época, "status" humano, já que também possuidor de uma alma. Em sendo assim, não mais se fazia aceitável sua exterminação. Gradativamente, sua custódia e cuidado passaram a ser assumidos pela família e pela Igreja, embora não haja qualquer evidência de esforços específicos e organizados de lhes prover de acolhimento, proteção, treinamento ou tratamento. Dois momentos importantes nesse período histórico foram representados pela **Inquisição Católica** e pela **Reforma Protestante**. Nestes, a concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação, e da "visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe venham a faltar a razão ou a ajuda divina" (Pessotti, 1984, p.12).

Caracterizada como **fenômeno metafísico e espiritual**, a deficiência foi atribuída ora a desígnios divinos, ora à possessão pelo demônio. Por uma razão ou por outra, a **atitude principal da sociedade com relação ao deficiente** era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos.

O início da **Revolução Burguesa**, no final do século XV, caracteriza-se pela revolução de idéias, mudando o modo clerical de ver o homem e a sociedade. Traz em seu bojo a mudança no sistema de produção, com a derrubada das monarquias, a queda da hegemonia da Igreja Católica e uma nova forma de produção, representada pelo capitalismo mercantil. Inicia-se a formação dos Estados Modernos, caracterizados por uma nova divisão social do trabalho, iniciando o processo de estabelecimento de contratos de trabalho entre os donos dos meios de produção e os operários, que passaram a vender sua força de trabalho. No que se refere à **concepção de Homem**, constata-se a **coexistência da visão abstrata de homem, com a visão de concreticidade**. Neste contexto, começam a ser vistos como **deficientes os indivíduos não produtivos**, que oneram a sociedade no que se refere ao seu sustento e manutenção. O avanço no caminhar da Medicina favorece a leitura organicista da deficiência, com as

propostas de Paracelso, Cardano e Willis (Pessotti, 1984), a partir das quais a demência e a amênia **deixam de ser vistas como problemas teológico e moral e passam a ser vistas como problema médico**. Começam a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, como locais para confinar, mais do que para tratar, os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade, ou ambos. Na eventualidade de tratamento, este se constituía do uso da alquimia e da magia.

O passar dos séculos testemunhou o **fortalecimento do modo de produção capitalista**, através de mudança para o capitalismo comercial. Apesar de permanecer ainda a visão abstrata de homem, representada pela filosofia da essência, começava a ser questionado o problema da individualidade e do desenvolvimento do homem (Suchodolski, 19,78). Os **indivíduos** passam a ser **vistos como essencialmente diferentes, legitimando as noções de desigualdade, bem como os valores de dominação e do direito de privilégios aos produtivos e mantenedores do sistema**. A não produtividade continua valorada negativamente, integrando o processo de avaliação social dos indivíduos. Nos **séculos XVII e XVIII**, multiplicam-se as **leituras** de deficiência enquanto fenômeno, especialmente nas áreas **médica e educacional, encaminhando uma grande diversidade de atitudes: desde a institucionalização em conventos e hospícios até o ensino especial**.

No **século XIX**, o **modo de produção capitalista** continua a se fortalecer, mantendo o sistema de valores e de normas sociais. Torna-se **necessária a estruturação de sistema nacionais de ensino e de escolarização para todos, com o objetivo de formar cidadãos produtivos e a mão de obra necessária para a produção**. A atitude de responsabilidade pública pelas necessidades do deficiente começa a se desenvolver, embora existisse ainda a tendência de se manter a instituição fora do setor público, sob a iniciativa e sustentação do setor privado.

No **século XX**, implanta-se o **capitalismo moderno, financeiro, monopolizado**. Este sistema se caracteriza pela existência dos grandes capitalistas, detentores do poder, que definem a força de trabalho da qual necessitam para alcançar os objetivos de aumento do capital. Em sendo assim, criam-se condições para garantir o volume necessário de trabalhadores. A população excedente permanece marginalizada, sem contar com oportunidades reais de mudança. Multiplicam-se as **leituras de deficiência, representadas por diferentes modelos**; permanece, em certa proporção o **modelo metafísico**,

coexistindo com o **modelo médico**, o **modelo educacional**, o **modelo da determinação social** e acrescentando-se neste final do século, o modelo sócio-construtivista ou **sócio-histórico**. A origem do fenômeno, portanto, permanece sendo de natureza sócio-político-econômica, embora sua leitura seja feita em diferentes dimensões, aparentemente desvinculadas desta realidade.

A questão da Integração Social do deficiente surge neste contexto, nos meados do Século XX, especialmente após as duas Grandes Guerras. Segundo MacDonald (1946), Kanner (1964), Braddock (1977), Bradley (1978) e Rubin & Roessier (1978), no Estados Unidos o governo federal, já no início do século, começou a reconhecer sua responsabilidade no cuidado do deficiente, no que se referia a suas necessidades de educação e de treinamento. Entretanto, reconhecê-la era uma coisa; assumi-la, era outra bem diferente. Em 1913, foi implementada lei federal, **que deu ao governo desse país a capacidade financeira para assumir a responsabilidade da reabilitação do deficiente**.

A pressão para o estabelecimento de um programa público de reabilitação veio de diferentes fontes. O número crescente de cidadãos deficientes mentais, doentes mentais e deficientes físicos associado à ausência de uma via coordenada e eficiente para lidar com essa parcela da população, fazia dela um peso para a sociedade. O público exigia uma solução. A Primeira Guerra Mundial impôs mais pressão à necessidade da Reabilitação. Os soldados feridos na guerra necessitavam de treinamento e de assistência para assumir, com sucesso, uma ocupação rentável. Gradualmente, começaram a ser aprovados e institucionalizados Atos Constitucionais, **garantindo ações e suporte financeiro para programas de Reabilitação**. Tais programas foram acelerados durante a Segunda Guerra Mundial, a qual, além de aumentar a necessidade de serviços para os cidadãos portadores de deficiências, também **propiciou uma demonstração, em ampla escala, do potencial de trabalho das pessoas deficientes**, durante o período de escassas de mão de obra, no qual foram criadas inúmeras oportunidades de emprego para o deficiente naquele país. Fortaleceu-se a convicção de que as pessoas deficientes podiam trabalhar, trabalhariam e que queriam uma oportunidade de ter voz ativa na sociedade. Em 1945, o Journal of Rehabilitation publicou, pela primeira vez, os princípios da filosofia da Reabilitação e seus métodos de operação, os quais foram assumidos uniformemente por todo o país, aparecendo na legislação de cada estado e território.

Na década de 60, a guerra do Vietnã foi responsável por um aumento impressionante de deficientes naquele país, que além de comprometimentos físicos, apresentavam problemas graves de readaptação social ao retornar da guerra, em parte por efeitos emocionais de sua participação na guerra, e em parte pela atitude da audiência social, que tinha dificuldade em assumir sua parcela de responsabilidade pela participação do país naquele massacre. O problema do estigma e do isolamento dos deficientes tomou-se tão grave no país, que levou à reação social, através do surgimento de movimentos de defesa dos direitos das minorias e dentre elas, da dos deficientes. A **ideologia da Normalização** foi um dos produtos desse momento histórico - "conjunto de idéias que refletem as necessidades sociais e aspirações de indivíduos atípicos na sociedade" (Braddock, 1977, p. 4). Em 1973, a Associação Americana Nacional para Cidadãos Retardados referiu-se à **normalização** como "**processo de ajuda ao deficiente, no sentido de garantir a ele a condições de existência o mais próximas do normal (estatístico) possível, tornando-lhe disponível os padrões e as condições da vida cotidiana o mais próximos das normas e dos padrões da sociedade...O modo de vida normativo (ou típico) é em residência individual privada. O arranjo educacional normativo é chamado educação convencional, em sala de aula regular. E o modo típico de trabalho é o emprego competitivo, para auto manutenção.** Em marcante contraste com estes arranjos normativos - no extremo anormal do continuum de serviços - encontram-se congregados **as instituições totais, a educação domiciliar e o não trabalho"** (Braddock, 1977, p. 5). Em resumo, a normalização é uma ideologia que advogava a necessidade de inserir o indivíduo deficiente na sociedade mais ampla, auxiliando-o a adquirir as condições e os padrões o mais próximo possível aos da vida cotidiana das demais pessoas. O princípio de normalização deu suporte filosófico ao movimento de desinstitucionalização e ao movimento pela integração social do deficiente, responsáveis atualmente, tanto pela retirada dos indivíduos das Instituições tradicionais, como pela implantação de programas comunitários de serviços para atender às necessidades dos indivíduos deficientes...

Para finalizar, gostaríamos de resumir aqui a análise que fazemos tanto da concepção de deficiência, quanto da questão da integração social neste país. Tentamos romper com **a análise mecanicista da deficiência**, que se revela **insuficiente quando se defronta com sua multideterminação**, uma vez que **não dá conta da compreensão ampla** que possibilita a transformação da

organização da **sociedade que**, em última instância, **guarda consigo a criação, a definição e a manutenção da condição de deficiência e do “status” de deficiente**. Para tanto, estamos propondo um outro método de compreensão da realidade, oferecido pela análise histórico-crítica do fenômeno, que o contextualiza nas características de organização sócio-político-econômica vigente na sociedade.

Assumimos que a organização da produção na sociedade capitalista cria parâmetros de avaliação dos indivíduos, a partir de suas necessidades para estabilização e continuidade. O parâmetro básico é representado pela **capacidade produtiva** do sujeito. Neste sistema são estabelecidas **exigências de produção iguais para todos**. **Aqueles que dentro das limitadas condições de sua existência puderem atender a essas exigências, são apropriados pelo sistema; os que não se adequarem ao sistema de relações (detentor da produção x produtor) passam a ser vistos como desvios, dos quais um deles é a condição social de deficiência**.

Como referencial conceitual, propomos a **deficiência** como uma **condição complexa, multideterminada, caracterizada por limitação ou impedimento da participação do indivíduo, na trama de relações que compõem sua existência real concreta**. **Características biológicas e psicológicas, criadas ou não por condições sociais incapacitadoras, levam à segregação, a partir de seu significado social, estabelecido pelos critérios de valor vigentes no sistema**. Os “fracos”, os incapazes, os “lentos”, ou seja, aqueles que não correspondem ao parâmetro de existência / produção, serão “naturalmente” desvalorizados por evidenciarem as contradições do sistema, desvendando suas limitações.

Olhando desta forma o processo de criação da deficiência, torna-se mais fácil compreender como ela é definida, partindo de critérios estatísticos e focalizando em atributos do indivíduo a localização e a culpabilização, eximindo-se assim, a sociedade, de seu papel de construtora do “status” social de deficiente e assumindo, por conseqüência, estratégias beneméritas de ação.

Sua **manutenção** se dá na **segregação**, que **limita ou impede** condições de **participação do deficiente na sociedade, comprometendo** assim, **progressivamente**, sua **apreensão do real** e seu **conseqüente desenvolvimento**.

Considerando-se que é no cenário das relações sociais interpessoais que se dá a apreensão do real, a construção do conhecimento, o desenvolvimento do homem e a construção da subjetividade e da própria

sociedade, a exclusão do deficiente inviabiliza tanto para os indivíduos, deficientes e não deficientes, quanto para a sociedade, o trato das diferenças enquanto elementos constitutivos da própria natureza humana.

Em sendo assim, vemos a integração social como um processo de direito de todas as pessoas, de exposição sem barreiras à realidade. Essencial para a apreensão da realidade, para a construção do conhecimento, para o desenvolvimento do indivíduo e para a construção da sociedade. **Alijando-se o deficiente da integração social, este perde em desenvolvimento, enquanto que a sociedade perde por não ter a oportunidade e a possibilidade de apreender uma significativa parcela de seus elementos constitutivos, representados pelos "diferentes" segregados. Com isso, todos perdemos em consciência, em comportamento e conseqüentemente, em possibilidade de transformação.**

Iniciativas deste tipo, além de ação política no sentido de garantir o cumprimento da lei e de esforços de ampliar a fusão do deficiente na corrente principal da sociedade mostram-se necessários e importantes, caso queiramos que nossa prática se torne consistente com nosso discurso.